

CONCEITUANDO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Denise F. B. Marquesin – denise.marquesin@aedu.com
Faculdade Anhanguera de Jundiaí – PUC-SP – FUNADESP
Maria da Graça T. Bagne – maria.bagne@aedu.com
Nélio F. dos Reis – nelio.reis@aesapar.com
Faculdade Anhanguera de Jundiaí- UNIP – SP
Rua do Retiro nº3000, Jardim das Hortênsias
CEP – 13 209- 355 – Jundiaí – SP

Resumo. *O objetivo deste artigo foi refletir sobre o Projeto Político Pedagógico como sendo um instrumento de construção coletiva que, quando bem intencionado, garante autonomia às instituições escolares por meio de ações articuladas. Tais aspectos são expostos para que estas ações sejam coerentes com as metas educacionais. Estudos sobre a dimensão e relevância do Projeto Político-Pedagógico pautaram-se no referencial teórico dos autores Freire (1999); Paro (2007); Gadotti (1994); Vasconcellos (1995). Como considerações finais, a Anhanguera Educacional é apresentada como modelo assertivo de Projeto Pedagógico Unificado uma vez que atende às demandas e expectativas dos profissionais da educação que nela atuam e da sociedade em geral*

Palavras-chave: *Projeto político-pedagógico; Gestão participativa; Envolvimento da comunidade.*

1 INTRODUÇÃO

No sentido etimológico, o termo “projeto” vem do latim *projetctum*, participio passado do verbo *proicere*, que significa lançar para diante. Neste contexto, partindo do pressuposto de que a palavra projeto nos lembra busca de um rumo e uma direção, a intenção deste capítulo é a de trazer para reflexão a definição de projeto político pedagógico, como sendo um documento construído com uma ação intencional, com um sentido explícito e com um compromisso definido coletivamente.

A importância e a necessidade da escola construir o seu projeto pedagógico têm sido enfatizadas com bastante frequência pela literatura pedagógica recente preocupada, sobretudo, com a democratização dos espaços escolares e a articulação da escola com a sociedade mais ampla. Estudos como os de Gadotti (1994), Vasconcellos (1995), Paro (2007) e Libâneo (2009) dentre outros, têm apresentado interessantes contribuições nessa direção.

Reconhecendo a relevância das reflexões desses autores e de outros o nosso olhar voltar-se-á mais para o alcance do projeto pedagógico em relação ao trabalho efetivado nas instituições escolares, considerando a necessidade de sua articulação com as estratégias de planejamentos das atividades cotidianas.

Vários são os elementos que, interdependentes entre si configuram-se no projeto pedagógico. Para Vasconcellos, o projeto pedagógico pode ser compreendido:

[...] como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade (VASCONCELLOS, 1995, p.145).

Esse projeto constitui-se, então, em elemento de organização e integração da prática didático-pedagógica e administrativa, à medida que assume um valor de articulador dessa mesma prática e elemento referencial da caminhada que a instituição precisa empreender na perspectiva de transformação do fazer dos seus atores.

O trabalho educativo a ser considerado pelo projeto pedagógico configura-se por meio de uma dialética de continuidade-ruptura, na qual é necessária a introdução de elementos novos, visando à obtenção de avanços significativos, a partir da reflexão coletiva das potencialidades de transformação que o trabalho escolar pode oferecer.

Na perspectiva de Gadotti (1994), o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamentos de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Libâneo (2009) defende que o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Ainda para o autor na dimensão pedagógica do projeto reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Assim, Libâneo (2009) define que político e pedagógico tem uma significação indissociável, entre político e pedagógico, pois deve-se considerar o Projeto Político-Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que “não é descritiva ou constativa, mas é constitutiva”.

Assumir esta condição significa encarar uma enorme mudança na concepção do Projeto Político-Pedagógico e na própria postura da administração central. Tal pressuposto exige a refletir sobre a importância da atuação de todos os membros da escola estar participando da organização do trabalho pedagógico junto à administração atual. Em outras palavras, as instituições necessitam receber assistência técnica e financeira decidida em conjunto com as instâncias superiores do sistema de ensino.

Neste sentido o ponto que interessa reforçar é que as instituições não têm mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. A descentralização e a busca da autonomia e a qualidade está explícita na LDB 9394/96, e a construção do Projeto Político-Pedagógico não visa simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido.

2 BREVE MOVIMENTO HISTÓRICO

Diante do caos que a sociedade se insere, em que grupos cada vez mais poderosos monopolizam a economia e a política, desenvolvendo um insano processo de exclusão e marginalização para 2/3 da humanidade, é imprescindível que as instituições escolares procurem discutir alternativas capazes de assegurar processos educativos que possibilitem aos oprimidos e explorados formas de inserção e participação em suas práticas.

O movimento de participação na área educacional ganha força no Brasil a partir da década de 80 do século passado, principalmente a participação significa participar do poder para decidir a proposta educacional, seus ramos, a essência do trabalho educativo que se quer desenvolver, logo, participar da construção da autonomia da escola. Todo esse movimento de setores da sociedade acaba, em 1996, se

traduzindo na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (na 9394/96), nos artigos referentes à autonomia.

A LDB – Lei 9394/96 – apresenta cinco eixos importantes que devem orientar o trabalho da escola (flexibilidade, autonomia, responsabilidade, planejamento e participação) os quais devem ser considerados na construção do projeto pedagógico esse último concebido como a identidade da escola desses princípios, particularmente a flexibilidade merece destaque, a medida que ela pode ser percebida na direção da “descentralização das competências que visa à desburocratização dos processos de gestão da educação (Artº 9º, 10º, 11º, 16º e 17º).

Ao configurar-se à luz dos seus eixos mencionados, o projeto pedagógico corresponde a um posicionamento da instituição frente ao horizonte e as possibilidades que ela pode alcançar, a partir do envolvimento dos seus atores. Obviamente, indagações e dúvidas podem aparecer nesse caminho instalando muitas vezes o conflito em torno de concepções que estão em luta no cotidiano escolar.

A flexibilização expressa por essa Lei reforça o paradigma emergente que coloca a instituição escolar, e não o sistema, como foco. Assim, ao outorgar à instituição a autonomia para a elaboração do regimento escolar, para a organização dos cursos e para a organização curricular mais adequada às realidades regional e local, contribui para o processo de participação e de descentralização de decisões do sistema educacional.

Porém, a autonomia não se instala por determinação legal. A instituição, ao usar as possibilidades que a lei oferece, estará expressando sua autonomia, porém estará construindo-a de fato se esse uso for decorrente do trabalho educativo que ali quer desenvolver e com ele articulado.

Segundo Freire (1999), autonomia implica que cada um perceba e construa a sua história individual e a própria história da instituição escolar "como tempo de possibilidade, e não de determinação". Para tal, necessita de todos, da existência de diálogo, de ações coesas e não fragmentadas; daí a condição inalienável do trabalho coletivo e compartilhado.

O respaldo legal dado à construção do projeto pedagógico da instituição escolar só será legitimado se os seus educadores assumirem sua construção, percebendo-o como um meio de expressão e crescimento da autonomia individual e coletiva.

Autonomia esta pautada na concepção democrática-participativa. Para Libâneo (2009, p.324):

A concepção democrática-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, uma vez tomada as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assumira sua parte do trabalho, admitindo a coordenação e a avaliação sistemática da operacionalização das deliberações.

Neste sentido, para ilustrar tais concepções a seguir optou-se por apresentar o perfil da Instituição Anhanguera Educacional com foco na construção e implantação do Projeto Político Pedagógico pautadas na reflexão conjunta e na ação coletiva.

3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ANHANGUERA EDUCACIONAL: DA REFLEXÃO CONJUNTA À AÇÃO COLETIVA

Ao idealizar uma escola democrática se tem como indicativo o Projeto Pedagógico Unificado da maior instituição de ensino superior das Américas, a Anhanguera Educacional, o qual é visto como valioso instrumento para atender a realidade acadêmica dos profissionais que nela atuam e dos alunos que frequentam os cursos, uma vez que dispõe de novas propostas no sentido de aperfeiçoar a formação profissional em questão.

É importante destacar que esta instituição atualmente possui mais de 50 campus presenciais, bem como aproximadamente 450 pólos com grande tecnologia de ensino à distância, distribuídos por todos os estados brasileiros e também no Distrito Federal e conta com mais de 300 mil alunos de ensino superior, atendendo também, com inovador modelo, jovens e adultos com colégio técnico virtual, com tecnologia de primeiro mundo.

Assim, a participação coletiva como eixo norteador para operacionalização e gestão educacional é o seu principal desafio. Essa participação envolve supervisores de área, coordenadores de cursos, professores e alunos em discussões feitas com *conference call* para discutir propostas (ou não) de

mudanças na organização curricular e na indicação de bibliografias, tendo como propósito atender a integração das disciplinas e a definição de metas, com relatórios regulares, como acompanhamento para fornecer ampla visão do trabalho pedagógico de cada curso.

Esta instituição baseia-se em três aspectos que se inter-relacionam – variedade de cursos oferecidos, localização das unidades e preço das mensalidades – acredita que os jovens trabalhadores de média e média-baixa renda selecionam sua instituição de ensino superior pela combinação entre a qualidade de ensino e os preços acessíveis. Para tanto, entre outras ações adota Projetos Pedagógicos Unificados e modelo operacional para multi-unidades:

Este instrumento é transmitido de forma padronizada permite adotar a mesma metodologia de ensino e os mesmos livros e materiais didáticos em todas as suas unidades, lembrando que estes são elaborados e desenvolvidos de forma colaborativa. Para tanto, investe no treinamento de seus docentes e promove seu crescimento acadêmico, pessoal e profissional por meio de cursos e programas de atualização. (site – acesso 10-06-2011)

Esta padronização dos projetos pedagógicos garante aos alunos cursos de qualidade que ofereçam qualificações práticas que satisfaçam suas necessidades profissionais pautada no investimento em metodologia de ensino previamente discutida e mediada pelos mesmos livros didáticos em todas as unidades, com infraestrutura necessária e adequada aos cursos, as quais são operacionalizadas antecipadamente.

Este cenário confirma a compreensão sobre a importância da arquitetura escolar, enquanto um programa invisível e silencioso que cumpre determinadas funções culturais e pedagógicas, aspectos estes que repercutem no desenvolvimento curricular. (VIÑAO_FRAGO, 2001, p. 47)

Há de se considerar que muitas vezes as decisões coletivas geram conflitos, contudo, as mesmas fortalecem ainda mais o processo, possibilitando novos questionamentos e análises em relação ao processo educativo.

4 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Há de se ressaltar que a principal possibilidade de construção do Projeto Político-Pedagógico se insere na capacidade de resgatar às instituições escolares em um lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva, no fazer científico e na pesquisa. Para tanto, faz-se necessário, também o domínio das bases teórico-metodológicas indispensáveis à concretização das concepções assumidas coletivamente:

As novas formas têm de ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força – às vezes desfavoráveis. Terão de nascer no próprio “chão da escola”, com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola. (PARO, 2007, p. 23).

Isso significa uma enorme mudança na concepção do Projeto Político-Pedagógico e na própria postura da administração e da organização da instituição escolar, sem depender dos órgãos centrais e intermediários que definem a política da qual ela não passa de executora. Assim, a garantia da autonomia da escola e conseqüentemente a construção de sua identidade, depende da implantação de um projeto que tenha significado e que expresse o pensamento, os sonhos, as expectativas, os compromissos de todos os que compartilham do seu processo educacional.

Tais pressupostos exigem a compreensão em profundidade dos problemas sociais e educacionais e o rompimento com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca, ainda, resgatar o controle do processo e do produto do trabalho realizado pelos profissionais. Também implica o repensar da estrutura de poder da área educacional, tendo em vista sua socialização e prática da participação coletiva, que atenua o individualismo, valoriza a reciprocidade, elimina e exploração, aumenta a solidariedade e supera a opressão.

Sem ter a intenção de esgotar a temática, destaca-se que é preciso uma consciência dos princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico sem cruzar os braços diante da atual organização das instituições escolares. Assim, para exemplificar neste artigo optou-se por apresentar a Anhanguera Educacional como um modelo assertivo de Projeto Pedagógico Unificado uma vez que este atende às demandas e expectativas dos profissionais da educação que nela atuam e da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, M. **“Pressuposto do projeto pedagógico”**. Conferência nacional de educação para todos, vol.1. Anais Brasília: MEC/1994.

LIBANEO, J C. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. Editora Cortez, 8 edição, 2009

LEI N.9394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PARO, V. H. Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino. São Paulo, Ática, 2007

VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Plano e Ensino a Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Liberdade, 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões**. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. [Tradução de Alfredo Veiga-Neto]. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

REGARDED POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT

Abstract: *The aim of this article is to discuss the Political-Pedagogical Project considering it a collectively constructed tool that, when properly applied, guarantees the autonomy to educational institutions through articulated procedures. These ideas are discussed in order to assure that actions are coherent to educational goals. Studies concerning the magnitude and relevance of the Political-Pedagogical Project are based on theoretical authors such as Freire (1999); Paro (3007); Gadotti (1994); Vasconcellos (1995). For the final considerations it is pointed out that the educational institute Anhanguera Educacional is considered an assertive model of the Political-Pedagogical Project once it corresponds to the educators' involved in the educational and social areas demands and expectations*

Key-words: *Political-Pedagogical Project; participatory management; Community Involvement.*